

## ÁRVORES FANTASMAS Procuradoria da República pede nova perícia para apurar destino de subsídio dado na década de 80

# Suspeito, seringal de Jader será investigado

ARI CIPOLA  
 DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

LUÍS INDRUINAS  
 DA AGÊNCIA FOLHA, EM AURORA DO PARÁ

A Procuradoria da República pediu que a Justiça faça uma perícia para apurar se houve desvio de dinheiro no financiamento público que o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), recebeu na década de 80 para plantar 400 hectares de seringueiras.

O caso havia sido arquivado, mas foi reaberto há pouco mais de um mês, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, por ordem do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

O subsídio recebido por Jader chegou a cerca de R\$ 1,3 milhão, em valores atuais.

No despacho de oito páginas, o procurador da República José Fonseca afirma que, apesar de recomendação da Procuradoria e do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), nunca foi feita perícia na fazenda Poliana. Havia a suspeita de que o seringal nunca teria sido plantado, mas a Justiça Federal encerrou o caso baseada apenas nos laudos remetidos pelo próprio Jader.

### Dúvidas

As dúvidas do procurador estão presentes em uma ação popular movida em 1986 pelo advogado Paulo Nery Lamarão, desafeto de Jader no Pará.

Naquela época, fotos aéreas anexadas aos autos do processo mostram que a área reservada para o plantio das seringueiras estava vazia. O terreno ainda estava sendo limpo, embora o financiamento tenha ocorrido com a condição de que os 400 hectares estariam plantados até o final de 1984.

No oitavo item de seu pedido, o procurador afirma que o projeto técnico fora analisado pela antiga Superintendência da Borracha, em 26 de novembro de 1987, e classificado como "anormal recuperável". O órgão foi responsável pelo financiamento.

"Sobre o requerimento de perícia solicitada pelo Ministério Público Federal e pelo Ibama, o juiz nada decidiu. De um lado, o juiz entendeu não haver prova da alegada lesividade; do outro, o juiz não deu prosseguimento à ação com o Ministério Público. A precipitação do juiz prejudicou a produção de prova", afirma Fonseca. O juiz, Edison Almeida, não

foi localizado ontem (leia texto nesta página).

A sentença de primeira instância, de 1993, foi contestada no TRF pela Procuradoria. O caso arastou-se até 95, quando foi determinado arquivamento por falta de provas —seguido de um novo recurso, que levou o caso ao STJ.

Em 2 de maio de 2000, o STJ determinou a reabertura do caso, que só ocorreu de forma efetiva no dia 30 de março deste ano, quando o procurador José Fonseca pediu a nova perícia.

No recurso que levou à reabertura, a Procuradoria sustenta que não foi ouvida no processo na segunda instância, ou seja, no TRF.

### Borracha

O caso se arrasta na Justiça há 15 anos. Jader conseguiu os recursos junto ao Probor (Programa de Incentivo ao Plantio de Seringueira), que era gerenciado pela Superintendência da Borracha, órgão do então Ministério da Indústria e Comércio, que já foi extinto.

O projeto de Jader foi aprovado em 1980, quando o hoje senador era deputado federal. Ele passou a receber recursos no segundo semestre daquele ano. O agente financeiro do Probor era o Banco do Brasil, onde Jader contraiu um financiamento hipotecando, além da fazenda, quatro imóveis em Belém. Jader recebeu recursos entre 1980 e 1988. Tudo era financiado por nove anos, já que as seringueiras só começam a produzir após 8 anos.

O dinheiro teria que ser utilizado na compra de equipamentos, defensivos agrícolas, adubos, pagamento de funcionários do campo e administrativos, na produção de mudas, no plantio e em outros cuidados com a cultura.

A fazenda Poliana, em Aurora do Pará, já não é de Jader há seis anos. A Agência Folha esteve no local ontem e viu um seringal no meio da mata, cujo tamanho não pôde ser estimado.

O atual proprietário, Edson Freire, disse que começou a tentar explorar a área há dois anos. Apesar das dúvidas levantadas pela Procuradoria, Freire sustenta que a plantação "atinge mais de 400 hectares".

Freire é irmão do prefeito de Ipixuna, José Orlando Freire, do PMDB de Jader. Segundo ele, Jader deu a fazenda Poliana em troca da Cinderela, de Paragominas (nordeste do Pará).

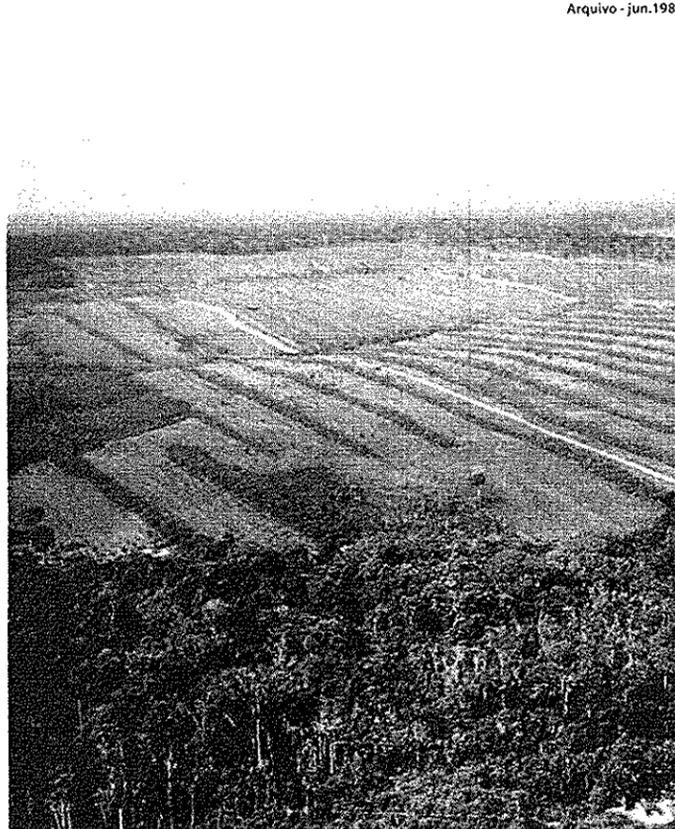
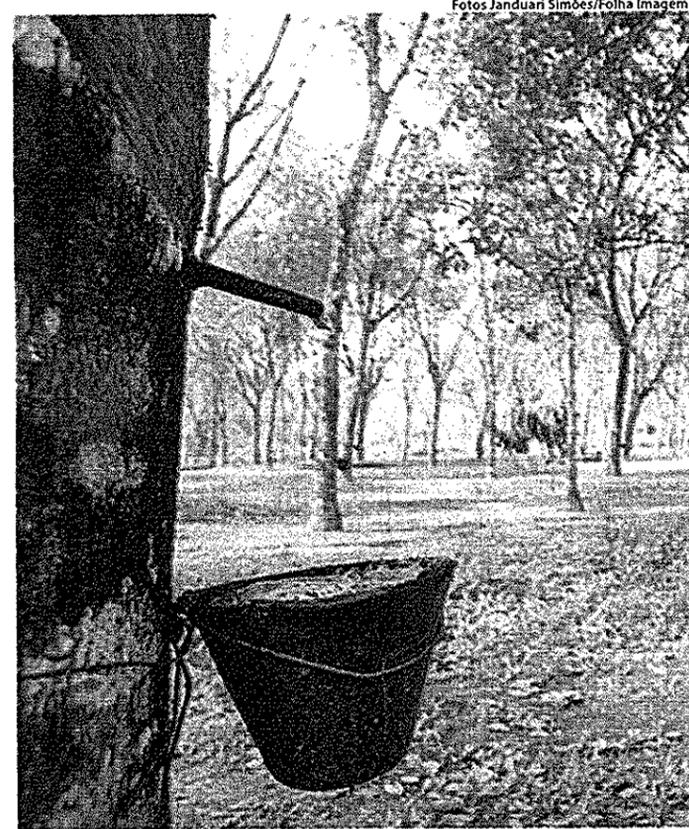


Foto do processo mostra fazenda de Jader sem seringais, em 86



Seringal da propriedade, que hoje não pertence mais ao senador

## Para senador, caso foi resolvido

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), dá a batida judicial sobre o suposto desvio de recursos no caso dos seringais como resolvida.

Para Jader, segundo seu assessor de imprensa, Luiz Fernando Terra, o caso estava encerrado. Terra disse também que o senador não teria tempo de comentar a decisão do STJ (Superior Tribu-

nal de Justiça), que anulou a sentença que arquivava o caso, nem o requerimento da Procuradoria da República que pede uma perícia na fazenda. Jader nega ter praticado irregularidades na aplicação dos recursos subsidiados que recebeu na década de 80. Em sua defesa no processo, Jader diz que plantou com recursos próprios 60 hectares a mais do que os 400 hectares previstos no contrato.

No processo, Jader pede provi-

dências legais contra o autor da ação popular, o advogado Paulo Nery Lamarão. Jader contesta a necessidade de realizar perícia na fazenda Poliana.

A defesa contestava também a obrigatoriedade de a Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) ficar responsável pela fiscalização do projeto. Por se tratar de um projeto com mais de 250 hectares, a fiscalização seria feita por qualquer agrô-

nomo. O atual proprietário da fazenda Poliana, Edson Freire, disse que foram plantados mais de 400 hectares de seringueiras na área, mas não soube estipular quando.

O juiz que determinou, em primeira instância, o arquivamento da ação contra Jader, Edison Almeida, não foi localizado ontem para comentar as críticas que a Procuradoria fez à sua atuação.

(ACELI)